

CAPACITISMO: DITOS E NÃO DITOS NO AMBIENTE ESCOLAR

Merlen Alves de Oliveira.

Discente - Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO
merlen.oliveira@aluno.unifametro.edu.br

Karen Stefanny Crisostomo Ramos

Docente - Centro Universitário Fametro- UNIFAMETRO
karen.ramos@professor.unifametro.edu.br

Área Temática: Psicologia escolar e educacional

Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Encontro Científico: XIII Encontro de Iniciação à Pesquisa

RESUMO

Introdução: Este trabalho investiga como o capacitismo se manifesta no ambiente escolar brasileiro entre 2021 e 2025, focando nos ditos e não ditos como formas de violência simbólica.

Objetivo: As perguntas norteadoras são: (1) em que níveis esses ditos e não ditos afetam o senso de pertencimento dos estudantes? (2) como essas violências simbólicas se perpetuam e o que isso causa? **Metodologia:** A pesquisa utilizou revisão bibliográfica de artigos recentes, selecionados em SciELO e Periódicos CAPES.

Resultados: Os resultados indicam que os ditos aparecem principalmente em interações diretas, enquanto os não ditos operam institucionalmente, por omissões e falta de representatividade. Essas práticas afetam autoestima, engajamento e senso de pertencimento, podendo levar ao isolamento e à evasão escolar. **Considerações finais:** Combater o capacitismo exige ações estruturais e culturais, como formação docente contínua, revisão curricular, políticas inclusivas e mudança nos discursos cotidianos.

Palavras-chave: Capacitismo; Violência simbólica; Pertencimento escolar; Educação inclusiva.

INTRODUÇÃO

Segundo Lage, Lunardelli e Kawakami (2022), o conceito de capacitismo tem origem no termo em inglês ableism, difundido nos Estados Unidos a partir das décadas de 1970 e 1980, em meio aos movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência e também aos movimentos feministas. Os autores destacam que essa noção está associada à ideia de que apenas determinados corpos são socialmente reconhecidos como válidos, enquanto outros são

desvalorizados e considerados deficientes, perpetuando um sistema de opressão baseado em hierarquias corporais.

De acordo com Foresti, Presotto e Bousfield (2024), o capacitismo é uma forma de discriminação que desvaloriza e exclui pessoas com deficiência. Esses autores explicam que ele parte da ideia de que existe um corpo ou uma mente considerado “normais” e, por isso, superiores. Essa visão cria barreiras na vida em sociedade e impede que todos tenham as mesmas oportunidades, inclusive dentro da escola, onde a convivência deveria valorizar a diversidade.

Já Camargo et al. (2025) destacam que o preconceito também acontece de forma silenciosa, nos chamados não ditos. Esses autores apontam que a exclusão pode ocorrer por meio de currículos que não contemplam a diversidade ou de políticas escolares que ficam apenas no papel, sem aplicação prática.

O tema do capacitismo foi escolhido por sua grande relevância científica e social. Do ponto de vista acadêmico, ainda existem poucas pesquisas no Brasil que abordam diretamente esse conceito, o que reforça a necessidade de novos estudos para ampliar a compreensão teórica e prática sobre o assunto.

Já no campo social, compreender como o capacitismo se manifesta é fundamental para pensar políticas e práticas que favoreçam uma escola inclusiva e justa. Dessa forma, este trabalho busca contribuir tanto para a produção científica quanto para a transformação da realidade educacional, ao dar visibilidade às formas de discriminação e propor reflexões sobre pertencimento e equidade no ambiente escolar.

De acordo com o estudo desenvolvido na pesquisa de Iniciação Científica do Curso de Psicologia da Unifametro, este trabalho tem como objetivo geral compreender como o capacitismo se manifesta no ambiente escolar e quais são seus impactos sobre o pertencimento de estudantes com deficiência.

Rodrigues et al. (2025) destacam que, para atingir esse objetivo, é importante analisar os ditos e não ditos capacitistas que permeiam as interações entre alunos, professores e a própria instituição escolar. Esses “ditos” correspondem a manifestações explícitas de preconceito, como comentários pejorativos e atitudes discriminatórias, enquanto os “não ditos” se expressam em silêncios, omissões e práticas sutis que naturalizam a exclusão.

Os autores Rodrigues et al. (2025) enfatizam que essas formas de discriminação estão enraizadas na cultura e nas estruturas escolares, não se limitando a episódios isolados. Como consequência, produzem impactos significativos, entre eles a sensação de não pertencimento, a invisibilização das vozes dos estudantes com deficiência e a dificuldade de participação efetiva, reduzindo-os muitas vezes a receptores passivos de políticas inclusivas, em vez de protagonistas de seu processo educativo.

METODOLOGIA

Souza, Silva e Carvalho (2010) destacam que a revisão integrativa é um método que organiza informações de diferentes estudos sobre o mesmo assunto. De forma simples, é como juntar várias pesquisas, comparar os resultados e analisar criticamente o que elas mostram. Isso permite ter uma visão mais completa e atualizada do tema.

Segundo Foresti, Presotto e Bousfield (2024), em uma revisão integrativa é necessário definir previamente os critérios de inclusão e exclusão dos estudos. No trabalho das autoras, foram considerados apenas artigos científicos nacionais, disponíveis online, publicados até 2021 e que abordassem o conceito de capacitismo. Foram excluídos textos como teses, dissertações, estudos sem acesso completo e trabalhos duplicados, a fim de assegurar a qualidade da análise.

Seguindo esse mesmo princípio, neste estudo foram considerados artigos publicados entre 2021 e 2025, escritos em português, que discutem capacitismo, violência simbólica, os “ditos e não ditos” e o pertencimento escolar. Foram excluídos estudos de enfoque exclusivamente biomédico e aqueles publicados antes de 2021, de modo a garantir a atualidade e a pertinência do material selecionado. A pesquisa utilizou revisão bibliográfica de artigos recentes, selecionados em SciELO e Periódicos CAPES.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As buscas foram realizadas em setembro de 2025 nas bases SciELO e Periódicos CAPES (que incluem repositórios de universidades federais), utilizando o descritor capacitismo e termos relacionados à escola, inclusão e deficiência. A busca inicial encontrou 65 artigos na SciELO e 42 artigos nos Periódicos CAPES, totalizando 113 artigos publicados entre 2021 e 2025. Após a leitura de títulos e resumos e a aplicação dos critérios de inclusão (idioma

português, recorte entre 2021 e 2025 e foco no ambiente escolar), restaram 5 artigos para a análise final.

Dos artigos incluídos, três foram localizados exclusivamente na SciELO (Foresti, Presotto e Bousfield, 2024; Krause e Oliveira, 2024; Lage et al., 2023), um foi encontrado na base Periódicos CAPES/UFPe (Camargo et al., 2025) e um foi encontrado no Periódicos CAPES/UFES (Rodrigues et al., 2025), embora este último também esteja disponível via SciELO. Esses artigos foram analisados por análise temática, conforme orientação de Rodrigues et al. (2025), identificando níveis de manifestação do capacitismo (micro, meso e macro), suas formas de perpetuação e seus impactos na permanência e no pertencimento escolar.

TABELA 1 – Processo de busca e seleção dos artigos

Base de dados	Total encontrado	Excluídos	Incluídos
SciELO (2015–2025)	71	68	3*
Periódicos CAPES/UFPe (2015–2025)	25	24	1
Periódicos CAPES/UFES (2015–2025)	17**	16	1
Total	113	108	5

*Um dos artigos incluídos (Rodrigues et al., 2025) também está disponível na SciELO, mas foi contabilizado apenas uma vez como incluído.

**Número aproximado de registros identificados para o descritor “capacitismo” na busca.

DISCUSSÃO

Rodrigues et al. (2025) enfatizam que a escola deve ser compreendida como um espaço de fala e de resistência frente ao capacitismo. Para os autores, reconhecer a presença dessa discriminação no cotidiano escolar é condição necessária para transformar a instituição em um ambiente de pertencimento e participação efetiva. Isso implica legitimar as experiências e vozes dos estudantes com deficiência, que devem ser protagonistas do processo educativo, e não apenas receptores de práticas de inclusão.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, é um marco legal que visa assegurar e promover, em condições de igualdade, os direitos e as liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, garantindo sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015).

A lei estabelece normas para eliminar barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais, para assegurar acessibilidade em espaços públicos e privados, bem como o direito

à educação inclusiva, ao trabalho, ao transporte, à saúde, à cultura e à informação, sem discriminação ou cobrança de taxas adicionais para adaptações (Brasil, 2015).

Camargo et al. (2025) contribuem ao analisar o capacitismo como uma patologia social que compromete a dignidade e a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Os autores explicam que essa forma de opressão se manifesta em crenças equivocadas e práticas de desrespeito que as privam de reconhecimento social. Apesar dos avanços legais garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), eles apontam que as barreiras atitudinais persistem no cotidiano escolar, demonstrando que a existência da lei não é suficiente para garantir a efetivação da inclusão.

Segundo Krause et al. (2024), essas violências simbólicas se mantêm porque a sociedade naturaliza a ideia de que a deficiência é um problema a ser corrigido e porque ainda falta formação adequada para professores e gestores.

No mesmo sentido, Krause et al. (2024) observam que o capacitismo no espaço escolar se expressa em diferentes níveis, desde práticas explícitas, como exclusão em atividades coletivas e uso de apelidos pejorativos, até atitudes sutis, como o paternalismo e a subestimação das capacidades dos estudantes com deficiência. Esses comportamentos têm como consequência efeitos nocivos, como isolamento, desmotivação, baixa autoestima e até abandono escolar. Para os autores, é fundamental investir na qualificação docente, pois muitas vezes o professor, mesmo sem intenção, adota posturas capacitistas, como facilitar excessivamente atividades ou excluir o aluno de certas tarefas.

Foresti, Presotto e Bousfield (2024) complementam que políticas inclusivas ineficazes reforçam a exclusão, impedindo mudanças significativas no ambiente escolar.

Foresti, Presotto e Bousfield (2024) evidenciam que ainda há escassez de estudos nacionais sobre capacitismo e que as produções disponíveis se concentram em poucos autores, revelando uma lacuna teórica importante. As autoras destacam que o capacitismo deve ser entendido como um fenômeno estrutural e histórico, que sustenta atitudes negativas e práticas de exclusão que desumanizam pessoas com deficiência ao negar-lhes direitos fundamentais. Além disso, defendem a necessidade de ampliar pesquisas e estratégias de divulgação sobre o tema, de modo que alcancem também a população fora do espaço acadêmico.

No levantamento realizado por Foresti, Presotto e Bousfield (2024), observa-se que o ambiente escolar é o contexto mais investigado nas produções nacionais, reunindo estudos

que discutem a invisibilidade dos estudantes com deficiência, os desafios enfrentados nos processos de inclusão e práticas pedagógicas que ainda reforçam desigualdades. Apesar dessa concentração, as autoras ressaltam que outras áreas da vida, como saúde, trabalho e participação social, ainda recebem pouca atenção, o que evidencia a necessidade de diversificação nos objetos de pesquisa.

Em conjunto, os estudos analisados demonstram que o capacitismo é um fenômeno estrutural, multidimensional e historicamente construído, que se expressa em práticas sociais, culturais e institucionais. Foresti, Presotto e Bousfield (2024), Camargo et al. (2025), Krause et al. (2024), Rodrigues et al. (2025) e Lage, Lunardelli e Kawakami (2023) apontam que, embora a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegure igualdade de condições, ainda existem barreiras que impedem a plena participação das pessoas com deficiência. A escola, nesse contexto, é reconhecida tanto como espaço de reprodução de desigualdades quanto como ambiente estratégico para a transformação social, desde que promova práticas pedagógicas inclusivas, currículos acessíveis e relações que garantam dignidade, reconhecimento e equidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de revisão integrativa permite a reflexão de que o capacitismo vai além de ações individuais, configura-se como uma violência estrutural presente nas práticas institucionais, nas políticas públicas frágeis e nos valores culturais que historicamente desvalorizam a pessoa com deficiência.

Os estudos ressaltam que a inclusão escolar vai além do acesso físico, engloba permanência, participação e desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência e respeita a diversidade, o que exige revisão de currículos, formação contínua de professores e implementação efetiva de políticas educacionais.

E os estudos ainda apontam a importância de enfrentar tanto as manifestações explícitas, como piadas e comentários preconceituosos, quanto às formas implícitas de exclusão, como a ausência de representatividade e a falta de recursos acessíveis.

Ressalta-se, ainda, que esse tema também vem sendo estudado no grupo de Iniciação Científica, como forma de ampliar a compreensão sobre o assunto e produzir pesquisas que fortalecem sua visibilidade, fomentam diálogos cada vez mais necessários e

incentivam o surgimento de novas investigações que aprofundam e diversificam essa discussão trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 21 set. 2025.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. *et al.* O capacitismo em relação à alunos com deficiência na perspectiva das patologias sociais. **Cadernos de Educação, Pelotas**, n. 69, e 025014, p. 1-15, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/10.46846.cad202503>. Acesso em: 9 set. 2025.

FORESTI, Taimara; PRESOTTO, Gabrielle Cristine; BOUSFIELD, Andréa Bárbara da Silva. O conceito de capacitismo em artigos nacionais: um estudo teórico. **Revista Psicologia Política**, v. 24, 2024. Disponível em: <https://submission-psic.scielo.br/index.php/rpp/article/view/23909>. Acesso em: 9 set. 2025.

KRAUSE, Marcus Periks Barbosa. *et al.* Capacitismo e seus efeitos nocivos em alunos com deficiência no ambiente escolar. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, Portugal, v. 16, n. 8, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eb/a/HSy9D6BjLP6P9Gv3mtBvVyn/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2025.

LAGE, Silvia Regina Martins; LUNARDELLI, Rafael Sávio Alvares; KAWAKAMI, Thiago Takarada. O capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/93040>. Acesso em: 15 set. 2025.

RODRIGUES, Flávia Santos. *et al.* Escola, um lugar de fala sobre o capacitismo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, v. 27, supl. 2, e48413, p. 79-86, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/48413>. Acesso em: 9 set. 2025.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2025.